



Pública do Estado de Alagoas, que a coordenará;

III - RAFAEL WANDERLEY DE SIQUEIRA ARAÚJO, Juiz de Direito da Vara do Único Ofício da Comarca de São Luiz do Quitunde;

IV - VIVIANE COUTINHO LEAL, Juíza de Direito da Vara do Único Ofício da Comarca de Paripueira;

V – ELISANGELA FERREIRA DA SILVA, Analista Judiciário - Apoio Especializado / Serviço Social, lotada na Coordenação Estadual da Infância e da Juventude de Alagoas (CEIJ-AL);

VI - JOSE HAMILTON RAMOS AZEVEDO, Diretor Departamental, lotado na Coordenação Estadual da Infância e da Juventude de Alagoas (CEIJ-AL), que a secretariará.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias 333/2023, 740/2023 e demais alterações.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

PORTARIA Nº 410, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.

Designação da composição da Comissão para acompanhamento dos eixos temáticos do prêmio CNJ de qualidade para o biênio 2025/2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar composição da Comissão para acompanhamento dos eixos temáticos do prêmio CNJ de qualidade para o biênio 2025/2026.

Art. 2º Integram a Comissão para acompanhamento dos eixos temáticos do prêmio CNJ de qualidade:

I - ANTONIO RAFAEL WANDERLEY CASADO DA SILVA, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas, que o presidirá;

II - KLEBER BORBA ROCHA, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas;

III - MAGNO VITORIO DE FARIAS FRAGOSO, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas;

IV - FILIPE LOBO GOMES, Procurador-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas;

V – INARA FRANCOYSE DE SOUZA PEREIRA, Analista Judiciária - Apoio Especializado / Estatística, lotada na Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP);

VI - EDNILDA LESSA DOS SANTOS PRAXEDES, Secretária-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas;

VII - CLOVIS GOMES DA SILVA CORREIA, Assessor chefe da APMP;

VIII - CAROLINE CEDRIM SAMPAIO VASCONCELLOS, Técnica Judiciária - Área Judiciária, lotada no gabinete do Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza;

IX - RAFAEL FEITOSA D ALMEIDA, Auditor-Geral;

Art. 3º Fica revogada a Portaria 547/2023, 1696/2023, 1417/2024 e demais alterações.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

PORTARIA Nº 411, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.

Designação da composição do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC) para o biênio 2025/2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a composição do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC) para o biênio 2025/2026:

Art. 2º Integram o Comitê de Governança:

I - FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, que o presidirá;

II - ANTONIO RAFAEL WANDERLEY CASADO DA SILVA Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas;

III - KLEBER BORBA ROCHA, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas;

IV - MAGNO VITORIO DE FARIAS FRAGOSO, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas;

V - JULIANA SANTOS DE MORAES, Diretora Adjunta de Tecnologia da Informação;

VI - ARMANDO GONCALVES DA SILVA JUNIOR, Analista Judiciário - Apoio Especializado / Análise de Sistemas, lotado na Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação;

Art. 3º Ficam revogadas as portarias 363/2023, 1696/2023, 1417/2024 e demais alterações.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

DESPACHO

Processo: 2024-120628

Assunto: Desenvolvimento Funcional

Requerente: Francisco Apollo de Assis da Silva

Em análise, verifica-se que o pedido de progressão funcional está em desacordo com o art. 17, §5º e art. 18 ambos do Ato Normativo TJAL nº 28/2024.

Desta feita, esclarecemos, também, que devido o(a) servidor(a) não ter cumprido o consubstanciado no primeiro parágrafo deste despacho, passamos a dar cumprimento ao disposto no art. 25, o qual determina que: os feitos abertos sem observância dos requisitos estabelecidos nos arts. 18 e 20 do Ato Normativo, serão sumariamente arquivados pela DAGP, assim encerramos o presente processo de desenvolvimento funcional.

Departamento de Desenvolvimento

Fundo de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS

Processo Administrativo n. 2025/243

Objeto: Restituição de custas